

III-556 - PERSEPÇÕES SOBRE A SEGREGAÇÃO DE RESÍDUOS PARA COLETA SELETIVA EM UMA INSTITUIÇÃO DE MINAS GERAIS

Mariana Moreira Silva⁽¹⁾

Graduanda em Ciências Biológicas com ênfase em Gestão Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC MG

Marcos Paulo Gomes Mol

Engenheiro Ambiental pela Fundação Ezequiel Dias - Funed e pesquisador pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Endereço⁽¹⁾: Rua Dez, 45 – Quintas Coloniais - Contagem - MG - CEP: 32044-540 - Brasil - Tel: (31) 9962-3723 - e-mail: marianasilva@ymail.com

RESUMO

Os rumos da efetivação da coleta seletiva de resíduos em Minas Gerais tiveram importante incremento através da lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos no Estado Minas Gerais, antecipando à Política Nacional de Resíduos Sólidos instituída em 2010 através da Lei nº 12.305. Apesar do aparato legal, o desafio de consolidar as etapas da política ainda requer ações estratégicas visando fornecer estrutura para a coleta e incorporação da população como atores diretamente envolvidos. Esse desafio também é observado na dinâmica de rotina nos ambientes de trabalho empresariais, que coloca em provação a aplicação dos princípios básicos da coleta seletiva no decorrer das atividades diárias, fazendo com que a mesma fique comprometida ou por vezes abandonada. Este artigo tem por objetivo retratar a realidade dos funcionários de áreas administrativas de uma empresa, na qual o principal resíduo gerado dentre os recicláveis é o papel. A coleta de dados incluiu observações sobre o uso das lixeiras de coleta seletiva e o interesse dos trabalhadores quando o assunto é coleta seletiva, sendo adotada a pesquisa qualitativa através de entrevistas individuais semiestruturadas, concomitantes com a observação não participativa. Os resultados indicam que a coleta seletiva ainda representa um tema distante da realidade dos entrevistados, sendo necessárias intervenções para consolidar a apropriação da importância deste projeto junto aos seus funcionários.

PALAVRAS-CHAVE: Coleta seletiva, educação ambiental, gestão de resíduos, percepção.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a efetivação da coleta seletiva de resíduos em Minas Gerais teve importante incremento através da lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos no Estado Minas Gerais, antecipando à Política Nacional de Resíduos Sólidos instituída em 2010, através da Lei nº 12.305 (BRASIL, 2010; MINAS GERAIS, 2009).

BARROS (2012) ressalta que a reciclagem surge como forma de reintroduzir no sistema econômico uma parcela de materiais e energia, que seriam desperdiçados. Ao proporcionar a reciclagem, os restos retornam ao ciclo produtivo na forma de matéria-prima para manufatura de novos bens, feitos anteriormente a partir de matéria-prima virgem. Assim, a reciclagem representa a preservação de recursos naturais, trazendo uma série de benefícios.

Antes ainda da efetivação da Política Estadual, havia sido lançado em 2003 o programa AmbientAÇÃO, considerada uma ferramenta para favorecer algumas mudanças de comportamento dos servidores nos órgãos públicos em que estavam lotados. Dentre as finalidades do programa, destaca-se a de possibilitar que os servidores públicos assumam o papel de coresponsabilidade na gestão de resíduos por meio da redução do consumo, reaproveitamento dos materiais, identificação e separação dos recicláveis no ambiente de trabalho. Esta linha de ação possibilita, além de destinar adequadamente os resíduos das instituições, aumentar a vida útil dos aterros sanitários e contribuir para a geração de trabalho, renda e resgate da cidadania de catadores de materiais recicláveis por meio da doação dos materiais (AMBIENTAÇÃO, 2014).

Neste trabalho foi selecionada uma instituição pública do Estado de Minas Gerais que aderiu ao programa AmbientAÇÃO para que fosse investigada a adesão ao sistema de coleta seletiva e a forma de gerenciamento dos resíduos recicláveis gerados em suas dependências. Os resíduos recicláveis são recolhidos em cada ponto gerador, através de kits pequenos de coleta seletiva, e acondicionados em kits maiores para o posterior encaminhamento ao abrigo de resíduos interno. Posteriormente, esses recicláveis são recolhidos por associação de catadores conveniada com a instituição, consolidando o ciclo de encaminhamento dos resíduos para a coleta seletiva.

Alguns indicadores estão disponíveis nos dados do Programa AmbientAÇÃO, e dentre eles, destacam-se as quantidades de resíduos recicláveis gerados, representado na Figura 1, abrangendo um período de cinco anos.

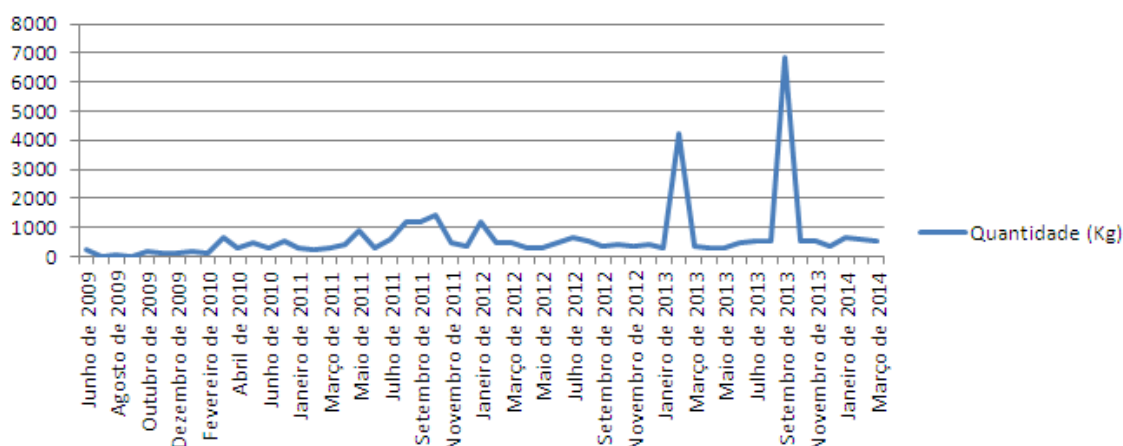


Figura 1 - Quantidade(Kg) de resíduos recicláveis gerados nas dependências da instituição no período de junho de 2009 a março de 2014 (AMBIENTAÇÃO, 2014).

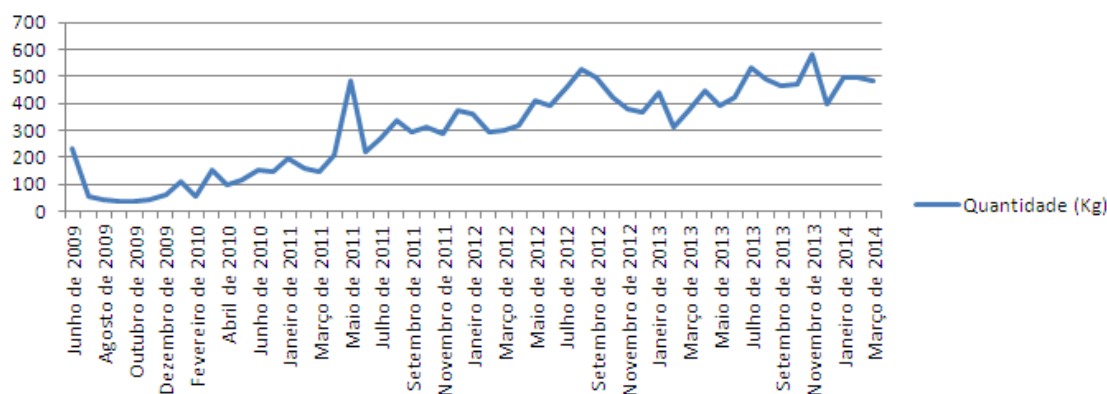


Figura 2 - Quantidade(Kg) de resíduos não recicláveis gerados nas dependências da instituição no período de junho de 2009 a março de 2014 (AMBIENTAÇÃO, 2014).

A Figura 2 indica que há uma tendência de aumento dos resíduos não recicláveis ao longo do tempo, podendo ser decorrentes de uma maior geração de resíduos, ou de problemas na segregação dos resíduos.

OBJETIVOS

Tendo em vista o caráter dinâmico e subjetivo da segregação de resíduos para a coleta seletiva, o objetivo do presente estudo foi de analisar a percepção dos geradores de resíduos de escritório em uma instituição pública de Minas Gerais, através de uma pesquisa setorial de caráter qualitativo.

METODOLOGIA

Dando preferência para a metodologia qualitativa, foi avaliada a percepção dos trabalhadores em relação à segregação dos resíduos para a coleta seletiva. A pesquisa qualitativa oferece um embasamento maior para avaliação de determinado evento, pois não busca enumerá-los ou medi-los, mas sim promover o direcionamento do levantamento descritivo, estando mais próximo dos objetivos almejados, e deve ser utilizada concomitantemente com a pesquisa quantitativa que complementa seus achados. Essa articulação é denominada pelo autor como “triangulação sequenciada”, onde se garante uma visão global dos fenômenos, maior controle e confiabilidade dos dados levantados (GASKELL & BAUER, 2002; NEVES, 1996).

No que diz respeito à entrevista semiestruturada, esta modalidade de entrevista obedece a um roteiro que é apropriado e utilizado pelo pesquisador. Minayo (2007) afirma que, por ter um direcionamento claro na sequência das questões, a entrevista semiaberta contribui para facilitar a abordagem, favorecendo em especial aos investigadores pouco experientes, para que suas hipóteses ou seus pressupostos sejam contemplados na conversa. O roteiro deve ser constituído de poucas questões e tem por objetivo alcançar a compreensão do ponto de vista dos atores sociais da investigação.

Para a realização da análise do material qualitativo, vários caminhos são possíveis e, praticamente, todos eles dependem da corrente de pensamento a que o investigador se filia (FLICK, 2004).

Nesse sentido, a escolha do uso de uma metodologia qualitativa para levantamento de dados à respeito da coleta seletiva dentro da instituição selecionada se justifica pela propriedade de enriquecimento que ela propõe, além de respeitar a dinâmica dos fatos e estar mais próximo da realidade.

Assim, foram feitas entrevistas setoriais dentro do âmbito da instituição, embasado por um roteiro semi-estruturado de perguntas abertas, que envolvia perguntas relacionadas ao principal tipo de resíduo gerado, entendimento acerca da separação e coleta que é proposta pela instituição pesquisada, orientação para o uso correto das lixeiras seletivas instaladas, entendimento do destino final e impactos ambientais que seus resíduos gerados acarretam. Também foram registradas algumas informações em questionário quantitativo, que serviu de auxílio para a melhor compreensão sobre o sistema de coleta seletiva implantado.

RESULTADOS

As observações foram feitas no período compreendido entre os meses de fevereiro e setembro de 2014. De acordo com a Figura 3, constatou-se que a maioria dos setores administrativos já se encontrava com seu ambiente de trabalho munido de kit de lixeiras próprias para coleta seletiva. No entanto, o índice de pessoas que não sabem segregar corretamente os resíduos é elevado, contrariando o esperado, uma vez que ocorrem frequentemente treinamentos e palestras sobre a forma apropriada de proceder.

A pesquisa qualitativa permitiu com que a coleta de dados fosse realizada de maneira integrativa com a realidade do servidor, dessa forma, foi possível observar de perto as fragilidades e os resultados positivos da atuação do setor de Gestão Ambiental. Relatos como: “Não entendo como acontece a coleta dentro da instituição” e “não conheço o destino final dos resíduos aqui gerados”, foram comumente citados fortalecendo a hipótese de que o envolvimento dos servidores e sua instituição está comprometido, pelo menos no que diz respeito a coleta seletiva dentro de suas dependências, abrangendo seu ambiente de trabalho cotidiano.

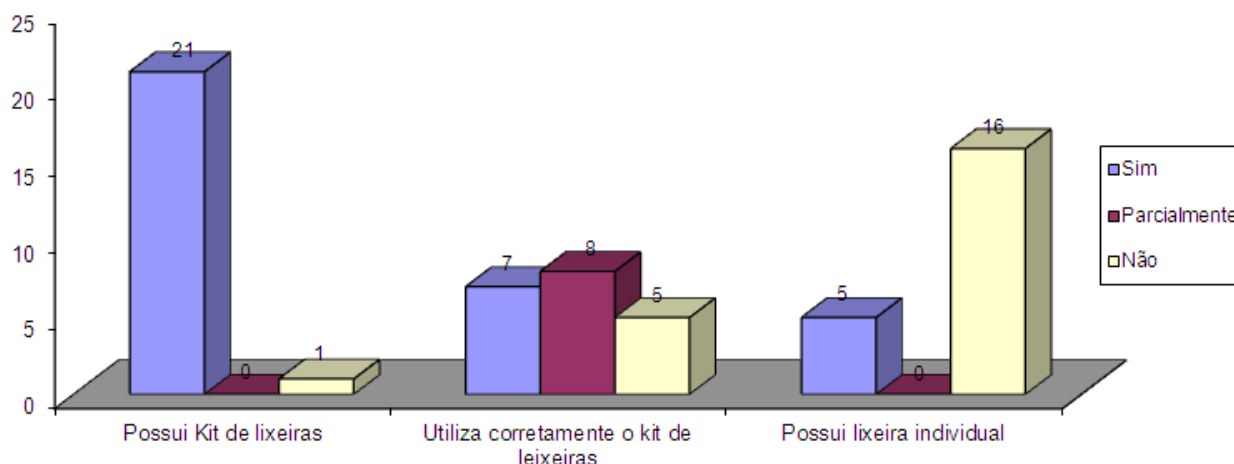


Figura 3 – Uso de lixeiras de coleta seletiva e individuais na instituição (Elaboração própria)

Foi percebida uma tendência ao hábito de não se preocupar com a coleta seletiva e, além disso, a afirmação de que poucas pessoas possuem ciência do trajeto que os resíduos tomam dentro da própria instituição e sua destinação final, remete à necessidade de integração do servidor com a realidade dos resíduos que ele próprio gerou.

Segundo alguns entrevistados, a instituição não ofereceu qualificação que compreendesse os princípios básicos para o bom uso das lixeiras e adoção de hábitos para aperfeiçoar a coleta seletiva, contradizendo o depoimento de outros participantes que, por sua vez, elogiaram a iniciativa da instituição para o mesmo caso. Por outro lado, foi significativa a quantidade de entrevistados que assumiram não compreender como funciona o fluxo dos resíduos dentro e fora da instituição.

Houve algumas observações por parte dos entrevistados que apresentaram certo envolvimento com o cenário atual de seu ambiente de trabalho: “o saco plástico colocado nas lixeiras são da mesma cor. Deveria possuir uma cor diferenciada de sacola plástica para cada tipo de material, até mesmo para facilitar o momento da coleta e segregação desses resíduos”; “sempre que tenho dúvida sobre o uso das lixeiras, recorro aos materiais que o setor de gestão ambiental oferece, principalmente os encartes que são anexados próximo às lixeiras”; “fiz a solicitação de uma lixeira individual para o meu setor, pois não gosto de misturar embalagens de alimentos, copos sujos (café) e lixos orgânicos nessa lixeira de três divisões apenas”; “embalagens de alimento, copos descartáveis, lixos orgânicos e qualquer outro resíduo que não esteja ligado diretamente às atividades do setor, são descartados no lixo da copa”, “sou uma ‘lixóloga’! Reaproveito todo tipo de material em casa, inclusive fiz duas luminárias recentemente utilizando revistas. Aqui eu aproveito rascunho, faço bloquinho de anotações com pedaços de rascunho e até litro de água, suco que eventualmente sobram de confraternizações ou lanches, levo para casa para reaproveitar”.

Esses depoimentos otimistas, embora não muito frequentes, demonstram um bom reflexo das iniciativas de educação ambiental vigentes na instituição, ou mesmo representam reflexo de contribuições externas ao processo da instituição. Vale observar que a maioria dos participantes que se dizem envolver no assunto dentro da instituição, são também praticantes de hábitos sustentáveis fora dela, e compõe a parcela de entrevistados que estão sempre buscando por informações e se integrando com a dinâmica da gestão de resíduos, o que interage com a ideia de VERDUGO & PINHEIRO (1999) de que alguns fatores situacionais e variáveis demográficas (tais como sexo, idade, nível de renda, grau de escolaridade etc.) podem ser fatores determinantes para o Comportamento Pró-Ambiental (CPA).

Vários depoimentos apontam que a atuação ambiental da instituição poderia ser mais efetiva no sentido de melhor prepará-los para lidar com esse tema. Dentre as sugestões apontadas, destacam-se: palestras no

auditório; mensagens mais frequentes nos murais impressos espalhados pelos corredores; dicas informativas também de forma mais frequente na intranet (segundo muitos o meio mais eficiente de se ter um contato com informações institucionais).

No entanto, à medida que se mensura a ruptura do envolvimento do servidor com a coleta, percebe-se que há ainda em alguns casos, a participação e interesse das pessoas, que buscam informações e procuram estar atualizadas e bem informadas sobre o assunto. Esse tipo de interesse (que é individual) molda a postura do servidor, tornando-o participativo não somente no ambiente de trabalho, mas também o âmbito doméstico. VERDUGO & PINHEIRO (1999) afirmam que a cultura e os hábitos individuais são moldes para a CPA, mas que mesmo sabendo as influências que as pessoas podem sofrer tanto contra como em prol das questões ambientais, depende da conduta individual. Assim como o grau de honestidade dos entrevistados ao passarem por uma experiência como essa, de relato por meio de entrevista.

Além disso, apesar de todas as críticas já citadas, avalia-se que alguns princípios conseguiram se instalar dentre os servidores que, por sua vez, mantém hábitos como o uso de caixa de rascunhos, para reaproveitamento de papel (cerca de 80% dos entrevistados fazem uso de rascunho), o uso da caneca individual (diminuindo consideravelmente o uso de copos descartáveis), reaproveitamento de outros materiais de infraestrutura (mesas, cadeiras e até computadores) que são remanejados dentro da instituição, evitando o consumismo exacerbado.

Essas iniciativas refletem uma importante mudança de comportamento de alguns trabalhadores, que devem ser ampliadas a todos da instituição através de princípios da Educação Ambiental. Assim a avaliação das consequências de uma boa gestão de resíduos garante benefícios ambientais, econômicos e sociais, pelo menos no que diz respeito à influência de seus princípios para adoção de uma postura mais responsável. VERDUGO & PINHEIRO (1999) dizem que a aplicação de “reforçadores” e “consequência comportamental” na gestão de pessoas em favor da otimização da própria gestão ambiental tem fornecido resultados relevantes, uma vez que é da natureza do ser humano ser motivado quando existe uma condicionante envolvida. E isso é algo muito comum na cultura brasileira, extremamente enraizada em cima dessa atenção à oportunidade de “ganhar vantagem” ou do “prejuízo” (BARROS, 2012).

CONCLUSÕES

Baseando-se na lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que dispõe da Educação Ambiental, por definição podemos considerar que a Educação Ambiental é entendida como um conjunto de processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, atitudes, habilidades e competências para proteger o meio ambiente e promover a sustentabilidade, e por isso ela é de fato uma das mais importantes ferramentas para favorecer a consolidação de um efetivo sistema de Gestão Ambiental, almejando sempre uma melhor distribuição da informação para que todos tenham possibilidades de agregar conhecimentos em relação às práticas ambientais.

No entanto é necessário o reconhecimento de que lidar com comportamento humano é uma aposta que irá demandar muitos desafios. Nesse sentido, a escolha de uma pesquisa qualitativa enriquece com maior qualidade o nível de informações que são recolhidas a ponto de se considerar os depoimentos - tão heterogêneos - coletados como indicadores dos melhores rumos que a instituição deve adotar para fortalecer a coleta seletiva, bem como promover a Educação Ambiental no ambiente de trabalho, investindo mais em capacitação do pessoal.

Para COELHO (2006), “o estudo dos valores e das atitudes bem como suas modificações, pode contribuir consistentemente para oferecer intervenções que possibilitem a modificação comportamental”. Assimilando essa convicção com os resultados apresentados, percebemos que a consolidação da coleta seletiva efetiva só é possível com a inserção e participação ativa dos trabalhadores de uma instituição, o que depende de um trabalho intenso e constante de educação ambiental, devido ao desafio de inserir novos conceitos que precisam ser assimilados por todos, o que ressalta a importância de realização de estudos qualitativos nesse sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMBIENTACÃO. Programa AmbientACÃO – Governo de Minas Gerais – MG. <<http://www.ambientacao.mg.gov.br/siga>> Acessado em junho de 2014.
2. BARROS, Raphael Tobias de Vasconcelos. Elementos de Gestão de Resíduos Sólidos. Belo Horizonte: Tessitura, 2012. 424p.
3. COELHO, Jorge Artur Peçanha de Maranda; GOUVEIA, Valdiney Veloso; MILFONT, Taciano Lemos. Valores Humanos como esplicadores de atitudes ambientais e intenção de comportamento pró ambiental. PSICOLOGIA EM ESTUDO, Maringá, v.11, n.1, p.199-207, jan./abr.2006.
4. FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2004;
5. GASKELL, G.; BAUER, M. W. (Orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002;
6. BRASIL. Lei nº 12305 de 2 de agosto de 2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2010/lei12350.htm>> Acessado em Junho de 2014
7. MINAS GERAIS, Lei 18031/2009, Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9272>> Acessado em Março de 2015
8. BRASIL, Lei 9.795/1999, Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm> Acessado em Março de 2015
9. LEME, Simone Maria. Comportamento da população urbana no manejo dos resíduos sólidos domiciliares em Aquidauana - MS. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS - v. 18, n. 1, jan./jun. 2009.
10. MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. 406 p.
11. NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa - Características, usos e possibilidades. CADERNO DE PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO, São Paulo, V.1, N°3, 2°Sem.1996. Mestrado em Administração de Empresas, FEA - USP. 5p.
12. VERDUGO, Victor Corral, PINHEIRO, José Q. Condições para o estudo do comportamento pró-ambiental. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, estudos de Psicologia, 1999, 4(1), 7-22.